_____. *Democracia na América*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

_____. *O antigo regime e a revolução*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

WALSH, W. H. *Introdução à filosofia da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Democracia como cooperação reflexiva. John Dewey e a teoria democrática hoje* **

Axel Honneth¹

Não apenas como resultado da coincidência temporal da queda do império soviético e do debate ocidental sobre comunitarismo, esforços para elucidar as fundações normativas da democracia aumentaram mundialmente nos anos recentes. Porém, onde quer que fosse adotada a tradição da democracia radical – em oposição à interpretação liberal da política – a discussão orientou-se pela disputa entre republicanismo e procedimentalismo.² Hoje,

* Traduzido por Lúcio Rennó.

** Publicado anteriormente em *Political Theory*, v. 26, dezembro 1998, pp. 763-783.

¹ Pelas observações críticas, conselhos úteis e comentários valiosos gostaria de agradecer a Peter Niesen e, como sempre, a Hans Joas.

² Com essa caracterização da situação, estou unindo-me, até certo ponto, ao diagnóstico de Habermas, no qual liberalismo e republicanismo são apresentados como os dois paradigmas prevaletentes da teoria do Estado constitucional democrático (Jürgen Habermas, *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*, trad. William Rehg, Cambridge, Mass.: MIT Press, 1996, cap. 6, esp. pp. 267-286). Se for somado a essas duas alternativas o conceito processual de democracia desenvolvido por Habermas, há duas abordagens radicais da democracia que estão tentando, de pontos de vista contrários, defender uma idéia normativa mais substantiva da formação democrática da vontade conjunta vis-à-vis a perspectiva liberal de política. Tais conceitos padronizados – liberalismo, republicanismo, procedimentalismo – sempre correm o risco de serem simplificações exageradas. Pode-se facilmente perder de vista as diferenciações e as restrições com que as várias posições tentam evitar estereótipos precipitados. Além disso, a dificuldade de designar posições

esses conceitos-chaves designam dois modelos normativos de democracia cuja meta comum é dar maior ênfase à formação democrática da vontade do que habitualmente se dá no liberalismo político. Em vez de limitar a atividade participatória dos cidadãos para a função de legitimar periodicamente o exercício do poder do Estado, essa atividade deve ser permanente na esfera pública democrática e deveria ser vista como a fonte de todos os processos políticos de tomada de decisão.³ As diferenças, que apesar de toda a concordância quanto à crítica ao liberalismo estão presentes entre os dois modelos surgem em primeiro lugar nos modos diferentes pelos quais o princípio da esfera pública democrática é normativamente justificado em cada caso: o republicanismo enfoca o ideal antigo de negociação intersubjetiva acerca de assuntos pú-

conscientemente estilizadas a autores específicos é deixada especialmente clara pela perspectiva original de Ingeborg Maus. Ao proceder de um conceito normativo de direitos subjetivos, compreendidos na visão liberal como liberdades negativas [*staatsabwehrend*], a autora desenvolve uma idéia de participação democrática radical que realmente compartilha consideração enfática republicana de participação direta, mas não deseja uni-las com expectativas éticas relativas à vontade individual de participar (veja, por exemplo, Ingeborg Maus, "Naturrecht, Menschenrecht und politische Gerechtigkeit," *Dialektik* 1 (1994): 9-18; "Freiheitsrechte und Volkssouveränität", *Rechtstheorie* 26.4 (1995): 507-562). O modelo de democracia que eu desenvolvo com ajuda da concepção madura de democracia de Dewey inclui uma crítica indireta à posição defendida por Ingeborg Maus.

³ Quando falo do modelo "procedimentalista" de democracia, refiro-me principalmente ao conceito desenvolvido por Habermas, *Between Facts and Norms*; mas também veja, por ser uma continuação, Seyla Benhabib, "Toward a Deliberative Model of Democratic Legitimacy", em *Democracy and Difference. Contesting the Boundaries of the Political*, ed. S. Benhabib, Princeton: Princeton University Press, 1996, pp. 67-94. Quando falo no modelo "republicanista" de democracia, refiro-me principalmente ao modelo desenvolvido indiretamente por Hannah Arendt, *On revolution*, Harmondsworth: Penguin, 1973; como um tipo de continuação, também veja Michael Sandel, *Liberalism and the Limits of Justice*, Cambridge: Cambridge University Press, 1982. Não apresento a teoria "sociedade civil" como uma abordagem independente entre os modelos de democracia radical em razão do fato de, na minha visão, seus representantes serem notórios por oscilar entre procedimentalismo e republicanismo; sobre isso veja Axel Honneth, "Fragen der Zivilgesellschaft," em *Desintegration. Bruchstücke einer soziologischen Zeitdiagnose*, Frankfurt am Main: Fischer, 1994, pp. 80-89.

blicos como parte essencial da vida dos cidadãos; já na perspectiva procedimentalista não são as virtudes cívicas dos cidadãos que motivam o processo de formação democrática da vontade, mas sim procedimentos moralmente justificados. No primeiro modelo, o republicanismo, a esfera pública democrática é considerada um meio para a realização do autogoverno de uma comunidade política. No segundo, a esfera pública é entendida como procedimento no qual a sociedade tenta resolver problemas políticos racionalmente de uma maneira legítima.⁴

Essa diferença central no conceito político de esfera pública é acompanhada – como esclareceu Jürgen Habermas – por diferenças adicionais que concernem à relação entre o Estado e a lei.⁵ Porque a tradição de republicanismo assume o fato de haver uma cidadania solidária com possibilidade de organizar a sociedade por meio de processos de consulta comunicativa e negociação, a política estatal é interpretada como a implementação de programas publicamente negociados; o governo e o parlamento não são mais apenas instituições autônomas do Estado sujeitas a diretrizes específicas, mas a vanguarda institucional do rejuvenescimento progressivo do processo de comunicação que tem seu centro real na esfera pública democrática dos cidadãos.⁶ De acordo com a concepção procedimentalista, em contraste, as instituições estatais têm de formar um subsistema independente, legalmente embasado, porque as estruturas de comunicação amplamente ramificadas da esfera pública não possuem o tipo de poder político pelo qual podem ser tomadas decisões universalmente válidas. Nesse caso, no espaço pré-parlamentar, a opinião pública é formada pela troca de argumentos e convicções e define a tomada de decisão nas instituições de administração estatal, as quais, por sua vez, em nome do

⁴ Sobre essas diferenças, veja Seyla Benhabib, "Models of Public Space: Hannah Arendt, the Liberal Tradition, and Jürgen Habermas," em *Habermas and the Public Sphere*, ed. Craig Calhoun, Cambridge, Mass.: MIT Press, 1992, pp. 73-98.

⁵ Habermas, *Between Facts and Norms*.

⁶ Rainer Forst, *Der de Kontexte Gerechtigkeit. Politische von de Philosophie jenseits und de Liberalismus Kommunitarismus*, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994, capítulo III. 2.

fortalecimento de procedimentos democráticos, garantem as pressuposições sociais para a existência continuada da esfera pública democrática.⁷ Até mesmo essas referências fragmentárias também indicam estar a diferença entre as duas aproximações na concepção de lei. Onde o republicanismo político, por natureza, tem uma certa tendência para entender normas legais como o instrumento social pelo qual a comunidade política tenta preservar sua própria identidade, de acordo com a convicção procedimentalista, os direitos básicos representam um tipo de segurança para a existência continuada da interação da esfera pública democrática com a administração política. Na perspectiva republicana, a lei é a expressão cristalizada da autocompreensão de uma cidadania solidária; para o procedimentalismo, representa medidas precautórias, sancionadas pelo Estado e moralmente legitimadas, de proteção do procedimento democrático em sua complexidade.⁸

O predomínio desses modelos de democracia radical na discussão político-filosófica nos anos recentes teve, apesar de todo seu valor, um efeito negativo também. Evidentemente, a impressão atual é a de que estes dois conceitos esgotam o espectro de alternativas que se apresentam hoje na tentativa de renovar e ampliar os princípios democráticos. Todavia, esse não é o caso, não há somente duas alternativas radicais de democracia ao liberalismo político. A meu ver, a reconstrução da teoria democrática de John Dewey apresentaria uma terceira opção.⁹ Inicialmente, deve-se estranhar, até certo ponto, o fato de esse autor, cuja filosofia política é tida como antecedente teórico das outras duas, ser considerado central na proposição de uma terceira abordagem. Não é difícil para o republicanismo político se referir a elementos da teoria democrática de Dewey porque ela também está baseada na idéia de uma integração de todos os cidadãos em uma comunidade auto-

⁷ Habermas, *Between Facts and Norms*, pp. 287-328.

⁸ Sobre essas diferenças, veja Forst, *der de Kontexte Gerechtigkeit*, capítulo II.3.

⁹ No contexto biográfico, histórico e teórico, veja os dois novos trabalhos básicos: Robert B. Westbrook, *John Dewey and American Democracy*, Ithaca: Cornell University Press, 1991; Steven C. Rockefeller, *John Dewey, Religious Faith and Democratic Humanism* (Nova Iorque: Columbia University Press, 1991).

organizada.¹⁰ Contudo, por sua vez, a teoria procedimentalista de democracia também não tem dificuldades de se remeter às concepções de Dewey, já que para ele os procedimentos racionais de resolução de problemas são elemento central do estudo da esfera pública.¹¹

Portanto, minha pressuposição de que a teoria de Dewey de democracia oferece uma terceira alternativa para a visão liberal sobre política deve demonstrar quão inapropriados são os argumentos reivindicatórios das duas outras abordagens da democracia radical acerca de seus precedentes teóricos. Nessas – eu gostaria de mostrar indiretamente – apenas um único aspecto da teoria de Dewey é tocado em cada caso, ou seja, são enfocados separadamente dois lados de uma teoria cuja síntese em uma única concepção, na verdade, constitui o real ponto central de sua posição. Claro que para poder entender como Dewey concebe conjuntamente procedimentos reflexivos e comunidade política, como ele combina a idéia de deliberação democrática com a noção de fins da comunidade, requer-se, primeiramente, a elucidação de uma premissa que o faz diferenciar-se das outras versões de uma teoria da democracia: seu empreendimento de justificação dos princípios de uma democracia expandida.

Dewey, em contraste ao republicanismo e procedimentalismo democrático, não é orientado pelo modelo de consulta comunicativa, mas pelo de cooperação social. É essa idéia que me servirá como diretriz na tentativa de reconstrução da teoria democrática de Dewey. Porque Dewey deseja entender a democracia como uma forma reflexiva de cooperação comunitária – eis minha tese de forma resumida – ele é capaz de combinar deliberação racional e comunidade democrática, ambas separadas em posições adversárias na discussão atual sobre a teoria democrática. Eu gostaria de começar apresentando a teoria de democracia do jovem Dewey, na qual a idéia de cooperação social começa a ficar evidente. Porém,

¹⁰ Veja, por exemplo, as reflexões em Alan Ryan, *John Dewey and the High Tide of American Liberalism*, Nova York: Norton, 1995, pp. 358-359.

¹¹ Veja, por exemplo, as referências diferentes para Dewey em Habermas, *Between Facts and Norms*, p. 171 e p. 304.

enquanto depende em grande parte ainda de Hegel e em concordância surpreendente com o jovem Marx, a idéia de autogoverno democrático é derivada tão diretamente da premissa de uma divisão cooperativa do trabalho que a esfera central de politicamente estabelecer liberdade de comunicação é estranhamente negligenciada (I). Em um segundo momento, eu gostaria de mostrar como Dewey, no início de seus estudos epistemológicos, gradualmente chega à concepção procedimentalista da esfera pública democrática, conceito que pode ser encontrado desenvolvido de forma mais madura no livro *The public and its problems*. O que é de principal interesse hoje nesse modelo amadurecido de esfera pública é, obviamente, o fato de os procedimentos democráticos de formação da vontade política serem compreendidos como os meios racionais com que uma sociedade cooperativamente integrada tenta resolver seus próprios problemas (II). Pela elaboração de uma conexão interna entre cooperação e democracia alcança-se o ponto no qual, no passo final, eu possa introduzir a contribuição de Dewey ao debate atual. Na conclusão, defende-se que o modelo democrático elaborado por Dewey representa uma opção superior às abordagens republicanista e procedimentalista que predominam hoje (III).

O centro de todas as objeções continuamente levantadas contra a perspectiva liberal da democracia pelas abordagens radicais da democracia refere-se à sua interpretação meramente negativa, individualista do conceito de liberdade pessoal.¹² Tanto em Marx e na tradição socialista como nos herdeiros de Tocqueville e nos partidários do republicanismo, o argumento central foi sempre o de que a formação democrática da vontade política, na perspectiva liberal de política, poderia ser reduzida à simples função de legitimar periodicamente a ação estatal, não-somente porque um determinado assunto havia sido antes debatido com certo grau de liberdade individual, pois, se a autonomia pessoal do indivíduo é concebida como algo independente de processos de integração so-

¹² Nesse contraste entre modelos individualistas e comunicativos de liberdade pessoal, veja Albrecht Welhner, "Models of Freedom in the Modern World", em *Hermeneutics and Critical Theory in Ethics and Politics*, ed. Michael Kelly, Cambridge, Mass.: MIT Press, 1990, pp. 227-252.

cial, então não há nada mais óbvio que a seguinte conclusão normativa: a atividade política dos cidadãos tem de consistir principalmente do controle regular sobre o aparato estatal, cuja tarefa essencial, por sua vez, é a proteção das liberdades individuais. Em contraste com essa abordagem reducionista sobre participação democrática, as várias tradições alternativas ao liberalismo, surgidas nos últimos duzentos anos, partem de um conceito comunicativo de liberdade humana. A partir da evidência de que a liberdade do indivíduo depende de relações comunicativas, já que cada cidadão só pode atingir autonomia pessoal em associação com outros, sugere-se um entendimento amplo sobre a formação democrática da vontade política. Assim, a participação de todos os cidadãos na tomada de decisão política não é mera forma pela qual cada indivíduo pode afiançar sua própria liberdade pessoal. Pelo contrário, o que se defende é o fato de só em uma situação de interação livre de dominação a liberdade individual poder ser atingida e protegida.

Nessa proposta contrária, a resposta para a pergunta adicional de como o mecanismo de formação democrática da vontade política é constituído em detalhes depende completamente do caráter específico do conceito de liberdade comunicativa empregado. A depender de como o aumento da liberdade por meio das associações sociais é caracterizado, a idéia de um amoldar em comum da política necessariamente se mostra de forma diferente. Nos dois desenhos de democracia até agora identificados como alternativas ao liberalismo, a liberdade comunicativa dos seres humanos é vista da mesma maneira, isto é, de acordo com o modelo do discurso intersubjetivo. Em Hannah Arendt e Jürgen Habermas – só para mencionar, por um lado, a principal representante do republicanismo político e, por outro, o do procedimentalismo democrático – a idéia de formação democrática da vontade política origina-se da noção de que o indivíduo só atinge liberdade no reino público constituído pela argumentação discursiva.¹³ Até mesmo nesse

¹³ Veja Hannah Arendt, "What is Freedom", em *Between Past and Future*, Harmondsworth: Penguin, 1977, pp. 173-196; *The Human Condition*, Chicago: University of Chicago Press, 1958, especialmente capítulos II e V; Jürgen Habermas, "Popular Sovereignty as Procedure," em *Between Facts and Norms*, Apêndice I, pp. 463-490 e capítulo 3.

ponto inicial, em que se trata apenas do conceito subjacente de liberdade comunicativa, a teoria de Dewey da democracia já difere das duas perspectivas mencionadas. Para Dewey, que partilha com Arendt e Habermas a intenção de criticar a interpretação individualista de liberdade, a encarnação da liberdade comunicativa não é discurso intersubjetivo, mas o emprego comunal [gemeinschaftlich] de forças individuais para contender com um problema. A partir da idéia de cooperação voluntária, Dewey – comprometido, nesse caso, mais com a tradição marxista do que com a toquevilliana – tenta traçar uma alternativa para a compreensão liberal de democracia.

Já no primeiro ensaio no qual Dewey trata da teoria da democracia, ele esboça brevemente a conexão interna entre cooperação, liberdade e democracia. O problema que o artigo, intitulado “The Ethics of Democracy”¹⁴ levanta consiste na tendência da filosofia social contemporânea de ver na democracia só uma mera forma organizacional de governo de Estado. O que permanece aqui de ideais democráticos antigos, como item principal, de acordo com Dewey, é só a regra da maioria, compreendida como uma diretiva “numérica” para o procedimento pelo qual são eleitos os membros das instituições de representação. Em algumas páginas, Dewey primeiramente anula a noção que tem como premissa central esse conceito instrumental de democracia. Ele deixa claro que reduzir a idéia de formação democrática da vontade política para o princípio numérico da regra de maioria significa assumir o fato de a sociedade ser uma massa desorganizada de indivíduos isolados cujos fins são tão incongruentes que a intenção ou opinião adotada pela maioria deve ser descoberta aritmeticamente.¹⁵ Até aqui, esse modelo quantitativo de democracia anda de mãos dadas com o conceito de sociedade que compartilha das teorias clássicas de contrato a no-

¹⁴ John Dewey, “Ethics of Democracy”, em *The Early Works of John Dewey, 1882-1898*, vol. 1, ed. Jo Ann Boydston, Carbondale: Southern Illinois University Press, 1969, pp. 227-249. Se não for dito o contrário, eu citarei Dewey no que segue de acordo com os trabalhos publicados em Carbondale e usarei as abreviações seguintes: EW: *The Early Works, 1882-1898*; MW – *The Middle Works, 1899-1924*; LW: *The Later Works, 1925-1953*.

¹⁵ *Idem.*, pp. 229 ff.

ção de que, anterior à formação do Estado, indivíduos existem sem qualquer relação comunicativa, em isolamento total, e só porque tal circunstância de sociabilidade desorganizada e desestruturada é tida como o ponto de partida pode-se considerar o conceito de democracia como a solução para o problema da ordem social, como fez Hobbes anteriormente na sua construção contratual. Apresentar tal correspondência significa, na visão de Dewey, que a democracia não pode ser entendida instrumentalmente como um princípio numérico para a formação de ordem estatal. Para ele, é muito irreal, mera ficção, acreditar que a vida social se desenrola sem qualquer associação entre os indivíduos anterior à formação de uma unidade política.¹⁶ Por isso, na segunda parte do ensaio, Dewey inverte a questão e explora a compreensão de democracia que necessariamente emerge na condição de uma intersubjetividade antecedente da vida social.

O conceito de sociedade pelo qual Dewey se deixa guiar nesse desenho de uma teoria alternativa da democracia ainda é pesadamente influenciado – como todos os seus trabalhos iniciais – por Hegel. Conseqüentemente, a intersubjetividade, em cuja armação a vida social se desdobra, é apresentada de acordo com o modelo de um “organismo social” no qual cada indivíduo contribui por meio de sua própria atividade para a reprodução do todo.¹⁷ O primeiro fato que caracteriza todo tipo de sociabilidade é a existência de cooperação; porém, indivíduos desorientados ou contingentes relacionam-se pela busca, baseada na divisão do trabalho, de atividades que conjuntamente contribuem para a manutenção da sociedade. Se a vida social é apresentada conforme tal modelo, então Dewey aponta conseqüências para o conceito de autonomia pessoal, como também para o de governo político. Ambos têm de ser concebidos como relacionados porque, com a realidade de cooperação social, existe um tipo de bem compartilhado no qual a liberdade individual e a política de Estado devem ser concebidas como

¹⁶ *Idem.*, p. 231.

¹⁷ No contexto teórico, veja a excelente versão em Westbrook, *John Dewey and American Democracy*, parte 1, cap. 2: veja também Ryan, *John Dewey and the High Tide of American Liberalism*, cap. 3.

suas incorporações opostas, pois cada membro da sociedade contribui, em virtude da divisão de trabalho, por meio de suas próprias atividades para a manutenção da sociedade, ele representa uma “incorporação vital” dos fins da sociedade.¹⁸ Por isso, ele não é só intitulado a uma parte da liberdade tornada socialmente possível, mas também, como indivíduo, possui a soberania completa pela qual todos se tornam o portador soberano de poder. Não sem orgulho, Dewey declara que essa noção de uma incorporação de soberania popular em cada cidadão representa a contribuição central feita pela revolução americana à história das idéias políticas. “Essa é a teoria, comumente expressada de forma crua, mas não menos verdadeira em substância, segundo a qual cada cidadão é soberano, a teoria americana, cuja grandeza tem apenas uma igual na história, e que é sua companheira: a crença no fato de todos os homens serem pastores de um único Deus”.¹⁹

Se a herança cristã é apropriada nessa fórmula quase marxista – de acordo com a qual cada cidadão é completamente soberano como um indivíduo porque serve, com base na divisão de trabalho, ao bem comum – então fica, por outro lado, também claro por que Dewey entende o Estado como o pólo oposto da relação esboçada. Porque uma “vontade comum” sempre é articulada, de forma mais ou menos consciente, em razão da mera cooperação social, o aparato estatal deve ser encarado como a instituição política de execução dessa vontade.²⁰ Por isso o governo não deve ser concebido como uma esfera diferenciada para a qual são delegados os representantes públicos por meio da aplicação da regra de maioria, mas como uma “expressão viva” do esforço combinado de tentativa de implementação mais efetiva dos fins cooperativamente desejados, ou seja, pela concentração de forças reflexivas. Aqui Dewey leva mais adiante a analogia ao organismo, ao designar o aparato governamental como o “olho” da comunidade política:

¹⁸ John Dewey, “Ethics of Democracy”, p. 237.

¹⁹ *Idem*, *ibidem*.

²⁰ *Idem*., p. 239.

O olho é o corpo organizado para ver e, da mesma forma, o governo é o Estado organizado para declarar e executar seus julgamentos. O governo é para o Estado o que a língua é para o pensamento; não apenas comunica os propósitos do Estado, mas em o fazendo os dá forma, articulação e generalidade.²¹

Dewey está atento ao fato de, até esse ponto de seu argumento, apenas descrever um ideal político que pode ser encontrado em versão ligeiramente diferente na visão de Platão ou Aristóteles. Entre os filósofos clássicos do Estado, a relação entre liberdade individual e comunidade política também é concebida como uma relação orgânica de interação, no sentido de que o indivíduo, ao desenvolver as virtudes apropriadas, experimenta a liberdade na realização do bem comum, que em troca é somente uma expressão do empenho de todos os indivíduos – empenho este que é coordenado pela divisão de trabalho. Nesse caso – concede Dewey – o ideal clássico de aristocracia não difere substantivamente do ideal democrático.

Nos dois desenhos normativos, os cidadãos atingem a liberdade por meio da auto-realização em conformidade com os fins éticos que constituem a vida ética [Sittlichkeit] do Estado.²² Todavia, a diferença que persiste entre os dois ideais deve, de acordo com Dewey, consistir não nos fins, mas nos meios da constituição política. Considerada a defesa do ideal aristocrático do fato que só um pequeno grupo de indivíduos muito talentosos é capaz de auto-realização eticamente apropriada, de forma que a maioria da população tem de ser urgida paternalisticamente pela elite a fim de realizar uma vida virtuosa, o ideal democrático aposta na idéia de que todo integrante da sociedade pode, com base em sua vontade livre, aperfeiçoar-se na busca do bem com base na divisão de trabalho. Se, no ideal anterior, as virtudes comunais são impostas por persuasão ou forçadas de cima sobre o cidadão inculto, então, no posterior, na democracia, persiste uma confiança recíproca em que, em um desenvolvimento ilimitado da personalidade, cada indivíduo pode achar sua função apropriada dentro do complexo de coo-

²¹ *Idem*., p. 238.

²² *Idem*., pp. 240-241.

peração da sociedade. Dewey chama essa confiança na capacidade de todos os integrantes de uma sociedade de constituir uma comunidade de “individualismo” da democracia:

A democracia difere quanto a seus meios. Esse sentimento universal, essa lei, essa unidade de propósitos, esse preenchimento de funções em devoção ao interesse do organismo social, não é imposto a um homem. Deve ter início no homem em si, embora em muito contribuam os bons e justos da sociedade. Responsabilidade pessoal, iniciativa individual, essas são as marcas da democracia... Há um individualismo na democracia que não está presente na aristocracia, mas é um individualismo ético e não numérico. É um individualismo de liberdade, de responsabilidade, de iniciativa com respeito ao ideal ético, não um individualismo sem lei.²³

Essa noção de um individualismo democrático indica, de uma maneira suficientemente clara, como o jovem John Dewey visualizava a conexão interna entre cooperação, liberdade e democracia. Ele percebe a existência de uma divisão social do trabalho como evidência do fato de o indivíduo dever sua liberdade pessoal somente à comunicação com os outros elementos da sociedade. Liberdade para Dewey é principalmente a experiência positiva de auto-realização ilimitada que ensina ao indivíduo como descobrir seus talentos e suas capacidades por meio dos quais ele pode, no fim, contribuir, com base na divisão de trabalho, para a manutenção do todo social.²⁴ Se esse processo natural de um emprego comunal de forças individuais por parte dos integrantes de toda a sociedade é conscientizado e visto como um projeto cooperativo,

²³ *Idem*, pp. 243-244.

²⁴ Em correspondência a esse elemento da teoria inicial de democracia está o conceito positivo de liberdade que Dewey tentou desenvolver na sua ética simultaneamente como um ideal de auto-realização, o qual foi influenciado por T. H. Green: John Dewey, “Outline of a Critical Theory of Ethics” [1891], em *EW*, vol. 3, pp. 239-388; sobre isso, veja Jennifer Welchman, *Dewey’s Ethical Thought*, Ithaca: Cornell University Press, 1995, esp. cap. 1 e 3; Axel Honneth, “Between Proceduralism and Teleology: An Unresolved Conflict in the Moral Theory of John Dewey,” no prelo.

então se evolui para o ideal de “democracia”. É a livre associação de todos os cidadãos, embasada na divisão de trabalho, com a finalidade de realizarem os seus fins compartilhados, gerando, assim, expectativas mútuas entre os cidadãos de aperfeiçoamento de suas capacidades de servir ao bem comum. É fácil para Dewey, ao cabo de seu ensaio, redescobrir nessa noção de democracia, como um ideal ético, os três princípios orientadores que se tornaram o corpo normativo da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. Uma constituição democrática pressupõe liberdade individual no sentido de um desenvolvimento ilimitado da personalidade e que, na condição de igualdade institucionalizada de oportunidades, permite a todos os integrantes da sociedade desenvolver as capacidades necessárias para perseguir, em associação de forma fraterna, ou melhor, solidária, fins compartilhados.²⁵ Portanto, é agora fácil reconhecer, nessa sinopse condensada, quais são as fraquezas da concepção de democracia do jovem Dewey.

Se Dewey tivesse limitado seu modelo de democracia cooperativa à discussão teórica, então seria difícil compreender por que suas reflexões são entendidas como uma alternativa para – ou até mesmo como um adversário de – as concepções de democracia correntes. A partir da divisão social de trabalho, Dewey de fato chama a atenção para uma dimensão pré-política de comunicação social que não é suficientemente considerada tanto pelo republicanismismo como pela teoria procedimentalista da democracia. Mas o seu modo de avaliar – de acordo com a analogia do organismo – a emergência do autogoverno democrático diretamente da cooperação voluntária assemelha-se ao ideal democrático do jovem Marx em tal extensão que deve necessariamente compartilhar também todas as suas fraquezas. A grande percepção é que o processo natural cooperativo representa – sob certas condições, normativamente constituídas – uma forma primária de liberdade comunicativa que inspirou Marx a vislumbrar a verdadeira democracia como uma associação livre de produtores. Em seu modelo, tal instituição pré-política de auto-administração direta e cooperativa só é possível desde que a auto-realização individual esteja automaticamente

²⁵ Dewey, *Ethics of Democracy*, p. 244 ss.

direcionada para motivar o desenvolvimento de capacidades socialmente úteis.²⁶

Todas essas honoráveis ilusões, que basicamente devem sua existência a uma síntese de Aristóteles e Rousseau, retornam quase inalteradas no jovem Dewey. Elas o induzem a mudar a ênfase do nível de cooperação social à esfera de auto-administração coletiva de tal modo direto que ele é forçado a excluir completamente a discussão do problema da institucionalização política da liberdade comunicativa. Porém, confrontado tal modelo de democracia, o qual desconhece formas elementares de separação de poderes ou de associações intermediárias na esfera pública política, os dois conceitos de democracia radical discutidos atualmente têm uma vantagem clara. Porque eles procedem de uma idéia de liberdade comunicativa, segundo a qual a autonomia individual está ligada à intersubjetividade que alcança consenso no reino público, eles partem – ao nível de conceitos básicos – dos mecanismos sociais pelos quais a formação democrática da vontade política é base de um princípio normativo. Assim, o que em princípio aparenta ser uma vantagem da teoria democrática de Dewey – isto é, que seu ponto de partida na divisão social do trabalho já incluiu em suas premissas a demanda para uma democracia econômica – mostra-se como uma fraqueza evidente de sua abordagem.²⁷

John Dewey, que sempre esteve aberto a novas perspectivas e tinha ânsia de aprender, não deixou sua teoria da democracia na forma embrionária aparente em seus trabalhos iniciais, hegelianos. Embora a idéia de que a liberdade individual depende principalmente da auto-realização na divisão do trabalho, entendida como cooperação, tenha sido retida na fase mais recente, essa noção é

²⁶ Sobre o ideal de democracia do jovem Marx, veja a nota crítica de Ernst Michael Lange, "Verein freier Menschen, Demokratie, Kommunismus," em *Ethik und Marx: Moralkritik und normative Grundlagen der Marxschen Theorie*, Königstein im Taunus: Hain, 1986, pp. 102-124; uma crítica muito convincente ao conceito de democracia de Marx é oferecida por Rolf Zimmermann, *Utopie-Rationalität-Politik. Zu Kritik, und de Rekonstruktion Systematik einer emanzipatorischen Gesellschaftstheorie bei Marx und Habermas*, Freiburg: o Albert, 1985, parte 1.

²⁷ Sobre essa deficiência da teoria democrática do jovem Dewey, veja, por exemplo, Ryan, *John Dewey and the High Tide of American Liberalism*, cap. 3.

procurada agora com base em uma teoria da ação na qual um conceito independente da esfera pública começa a ficar aparente. No caminho seguido por Dewey, de quase cinquenta anos entre sua teoria inicial de democracia e a publicação de *The public and its problems*,²⁸ há uma série inteira de fases intermediárias que são importantes para a clarificação de seus problemas teóricos.

Assim, nos seus estudos psicológicos, que tomaram uma grande porção de suas energias intelectuais no primeiro quarto do novo século, ele tenta justificar – pela primeira vez explicitamente – uma tese na qual o seu ideal original de democracia é tacitamente fundado com base em uma premissa hegeliana. Aqui, ele assume com muito otimismo a idéia de que a auto-realização humana se sustentaria autonomamente e sem constrangimentos externos ou influência na direção que conduz enfim à aceitação voluntária de obrigações sociais. Na visão de Dewey, todos os integrantes da sociedade, se pudessem atualizar o seu próprio potencial de desenvolvimento sustentado por oportunidades iguais, desejariam tornar-se, por livre e espontânea vontade, bons parceiros cooperativos na divisão social de trabalho. Porém, uma vez que Dewey supera seu hegelianismo inicial, ele tem de perceber que essa tese pressupõe uma teleologia insustentável da natureza humana. Por isso, nos estudos de psicologia, seus empreendimentos voltam-se para a explicação dos mecanismos sociais que ajudam a compreender, sem empréstimos metafísicos, a compatibilidade social da auto-realização humana.²⁹ A solução que Dewey encontra no curso de sua pesquisa pode ser entendida em termos de uma teoria de intersubjetividade da socialização humana; dos acessos totalmente irrestritos que, no princípio, consistem em uma multidão de impulsos indiretos e formidáveis, os seres humanos podem desenvolver aquelas capacidades e necessidades como hábitos estáveis de ação que foram aprovados e são estimados por um grupo particular de

²⁸ "John Dewey, The Public and its Problems" [1927], em *LW*, v. 2, pp. 235-372; porém, aqui, citarei a seguinte edição: *John Dewey, The Public and its Problems. An Essay in Political Inquiry*, Chicago: Gateway Books, 1946.

²⁹ Aqui penso principalmente em *John Dewey, Human Nature and Conduct* [1922], em *MW*, v. 14, com destaque para as partes III e IV; mas também veja *John Dewey, Democracy and Education* [1916], em *MW*, v. 9.

referência. A satisfação propiciada pela realização de certa ação aumenta à medida que o cidadão percebe o reconhecimento dos outros em interação. Como todo integrante da sociedade sempre pertence a vários grupos de referência, as camadas sobrepostas de expectativas garantem que no curso do desenvolvimento de uma personalidade apenas hábitos sociais úteis sejam formados.³⁰ Esse modelo de auto-realização humana, do qual Dewey não renuncia por toda sua vida, também forma o ideal de democracia no livro sobre o público. Aqui, assume a função de estabelecer a conexão entre o desenvolvimento individual da personalidade e a comunidade democrática, que é apresentada como uma relação de troca entre grupos livres e em cooperação.

Um membro de uma quadrilha de ladrões pode expressar seu poder de forma consonante com seu pertencimento a aquele grupo e pode ser dirigido ao interesse comum dos demais membros da quadrilha. Mas ele faz isso a custo da repressão de suas potencialidades que podem ser realizadas apenas através da sociedade em outros grupos. A quadrilha não pode interagir de forma flexível com outros grupos, só pode agir quando se isola dos demais grupos. Ela deve impedir a condução de todos interesses menos aqueles que caracterizam sua singularidade. Mas um bom cidadão faz de sua atuação como membro de um grupo político enriquecedora e enriquecida pela participação na vida familiar, industrial, científica e artística. Há uma relação livre de troca. A totalidade da personalidade integrada é possível devido à dinâmica de interação entre diferentes grupos e seus valores.³¹

Se as reflexões das quais Dewey se ocupa sobre a dependência mútua de auto-realização e um estilo de vida democrático entendidos como o resultado dos anos de estudo sobre desenvolvimento da personalidade humana, no mesmo período, mas em uma segunda disciplina, ele atingiu uma clarificação adicional das premissas da teoria de democracia. Como um suplemento para os estudos psicológicos, Dewey, depois de superar a influência hegeliana,

³⁰ Veja Dewey, *Human Nature and Conduct*, Parte IV (Conclusão); também veja J. E. Tiles, *Dewey*, London: Routledge, 1988, pp. 210 ff.

³¹ Dewey, *The Public and its Problems*, pp. 147-148.

está preocupado, acima de tudo, com perguntas sobre a lógica da pesquisa científica. Aqui, ele procedeu da tese pragmatista de que nós temos de utilizar todo tipo de prática científica como uma extensão, metodologicamente organizada, das atividades intelectuais com que nós, em nossa ação cotidiana, tentamos investigar e resolver o problema que causa perturbação. A partir dessa tese, Dewey – guiado pelo exemplo de pesquisa experimental das ciências naturais – reconheceu que as chances de achar soluções inteligentes para problemas aumentavam com a qualidade da cooperação por parte de investigadores envolvidos; quanto mais os cientistas participantes pudessem introduzir, sem constrangimento, suas próprias hipóteses, convicções ou intuições na investigação, mais equilibrada, inclusiva e, assim, inteligente a hipótese conjuntamente formada no fim.³²

É essa conclusão que Dewey começou então, gradualmente, a transferir para processos de aprendizagem social como um todo. Na cooperação social – ele pôde logo alegar – a inteligência da solução para problemas emergentes aumenta no grau em que todos os envolvidos podem, sem constrangimento e com direitos iguais, trocar informações e introduzir reflexões. Assim, no fim da pesquisa de Dewey sobre a lógica de ciência, surge um argumento epistemológico que propõe que a democracia seja vista como uma condição para aumentar a racionalidade das soluções dos problemas sociais. Sem procedimentos democráticos que garantam a todos os integrantes de sociedade algo como comunicação livre de dominação, não serão solucionados de forma inteligente os desafios sociais.

Nesse sentido, Dewey pode alegar finalmente, no seu *The public and its problem*, que a democracia representa a forma política de organização na qual a inteligência humana alcança desenvolvimento pleno. Pois só onde os métodos de debate de convicções individuais assumiu forma institucional o caráter comunicativo de resolução racional de problemas pode ser fixado, da

³² Veja, por exemplo, John Dewey, *How we Think* [1910], em *MW*, v. 6; “*Philosophy and Democracy*,” em *MW*, v. 11, pp. 41-53.

mesma maneira como isso é feito nas ciências naturais por meio da pesquisa experimental em laboratórios.

Retorquir apenas fortalece o ponto: a diferença operada pela multiplicidade de objetos diferentes para se pensar, assim como pelos sentidos diferentes em circulação; um estado mais inteligente de relações sociais; um mais informado por conhecimentos; um mais dirigido pela inteligência, não melhoraria as condições objetivas das diferenças dos talentos individuais mas aumentaria o nível de inteligência de todos.³³

Esse argumento abriu para Dewey, teórico organicista da democracia, um caminho que, em contraste com sua perspectiva inicial, permitiu-lhe ver, pela primeira vez, o valor racional de procedimentos democráticos. Agora era possível conceder aos procedimentos de formação de opiniões ilimitadas e de formação da vontade política um papel mais central em uma verdadeira democracia. Contudo, isso deixou completamente sem resposta a pergunta de como essa visão acerca do caráter processual da democracia poderia ser reconciliada com a reivindicação previamente apresentada de que a auto-realização individual só era possível em uma comunidade de cooperação. De que modo o enfoque epistemológico nos procedimentos democráticos – a pergunta colocada por Dewey – pode ser combinado com a noção de uma idéia conjuntamente compartilhada do bem, de uma comunidade democrática de valor? A introdução do conceito de público, que Dewey desenvolve em seu livro *The public and its problem*, representa uma resposta inicial, um tanto hesitante, mas ainda hoje eminentemente desafiadora para esse problema. Antes de retornar à questão sobre até que ponto a teoria democrática de Dewey é uma alternativa superior às duas abordagens de democracia radical discutidas hoje, eu gostaria de esboçar de forma geral os argumentos do seu estudo.

³³ Dewey, *The Public and Its Problems*, p. 210. Ao seguir essas reflexões de Dewey, Hilary Putnam desenvolveu uma “justificação epistemológica da democracia”: veja “A Reconsideration of Deweyan Democracy,” em *Renewing Philosophy*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1992, pp. 180-200.

Comprovou-se que a ausência de uma dimensão política da liberdade comunicativa é a principal fraqueza da teoria da democracia encontrada no trabalho inicial de Dewey. Assim como Marx, Dewey também passou tão diretamente de auto-realização cooperativa a auto-administração coletiva que não havia mais lugar para qualquer exercício discursivo, processual, da liberdade individual na formação conjunta da vontade. Dewey repara essa deficiência no primeiro momento de seu estudo sobre o público e tenta reconstruir – a partir da cooperação social e embasado na teoria da ação – o Estado como uma esfera de resolução de problemas comuns. Em termos de uma história da teoria, o argumento cumpre a função de afastar noções metafísicas e teleológicas do Estado. Sistemáticamente, porém, proporciona a Dewey a oportunidade de introduzir o conceito de público como um meio discursivo de solução cooperativa de problemas sob condições democráticas.

A idéia básica é muito simples, ainda que a implementação da ação teórica nos surpreenda hoje. A ação social desdobra-se em formas de interação cujas conseqüências, de forma simples, afetam apenas os imediatamente envolvidos, mas assim que os não-envolvidos se vêem afetados pelas conseqüências de tal interação, emerge de suas perspectivas a necessidade de controle das ações correspondentes no sentido de sua cessação ou promoção. A articulação da demanda por resoluções conjuntas de problemas comuns constitui para Dewey aquilo que ele chamará de “público”. O termo “público” é atribuído à esfera de ação social na qual um grupo pode provar que necessita de regulamentação geral porque conseqüências não-antecipadas estão sendo geradas e, adequadamente, um “público” consiste do círculo de cidadãos que, em razão da preocupação conjuntamente experimentada, compartilham a convicção de que eles se devem voltar para o resto da sociedade em busca do propósito de controlar administrativamente uma interação pertinente.³⁴

³⁴ Para elaborações adicionais, veja Hans Joas “Die politische Idee des amerikanischen Pragmatismus,” em *Pipers Handbuch der Politischen Ideen*, v. 5, Munich: Piper, 1987, pp. 611-620; Rainer Schmalz-Bruns, *Reflexive Demokratie. Die demokratische Transformation moderner Politik*, Baden-Baden: Nomos, 1995, p. 214.

Claro que essa definição do conceito gera uma série de problemas que Dewey nem sempre consegue resolver satisfatoriamente. Permanece, assim, a pergunta sobre o que será entendido por “conseqüências indiretas das transações”, as quais podem “afetar” aqueles que estão além do círculo imediatamente envolvido. Essas conseqüências incluem as de caráter objetivo, de interpretação independente ou também todas as conseqüências cuja percepção é relativa a certas interpretações ou sensibilidades morais. Porém, independentemente desses problemas internos, que Dewey provavelmente solucionaria em favor da segunda alternativa, a grande realização de sua abordagem consiste na proposta de assumir uma diferenciação processual entre “privado” e “público” em vez de uma distinção essencialista, qual seja: a de que “a linha entre privado e público deve ser desenhada com base na extensão e no escopo das conseqüências dos atos que necessitam de controles.”³⁵ Portanto, não é difícil ver o quanto o conceito teórico de público dá lugar a uma noção do Estado que, no sentido de resolução experimental de problemas, é costurado às necessidades de direcionamento de uma sociedade cooperativa. Da perspectiva dos integrantes interativos da sociedade, as várias instituições estatais executam a tarefa de assegurar a regulamentação geral das conseqüências indiretas da ação, uma regulamentação demandada em várias esferas públicas pelos indiretamente afetados. Por isso o Estado deve ser considerado – nas palavras de Dewey – uma forma secundária de associação com a qual públicos conectados tentam resolver racionalmente problemas imprevistos de coordenação de ação social. Porém, reciprocamente, o Estado assim concebido tem, diante da sociedade cooperativa como soberana, a função de afiançar, com ajuda de normas legais, as condições sociais sob as quais todos os cidadãos podem articular seus interesses sem constrangimentos e com oportunidades iguais. Instituições estatais cujos funcionários são “funcionários do público” devem habilitar – diz Dewey – todos os integrantes da sociedade “a contar com

³⁵ Dewey, *op. cit.*, p. 15.

razoável certeza acerca da ação dos outros”; e criar “respeito próprio e pelos demais”.³⁶

Até esse ponto, Dewey indicou que papel quer dar à política ou à ação política em referência à sociedade cooperativa. A esfera política não é – como Hannah Arendt e, de forma menos marcante, Habermas acreditam – o lugar de exercício comunicativo da liberdade, mas o meio cognitivo que ajuda a sociedade a tentar, experimentalmente, explorar, processar e resolver seus problemas de coordenação da ação social. Porque a racionalidade das soluções aumenta com o grau de inclusão de todos os igualmente afetados no processo de pesquisa, fica evidente para Dewey que o autodirecionamento político da sociedade tem de ser democraticamente organizado. Quanto mais ativamente, mais sensivelmente, os públicos reagem a problemas sociais, mais racional o processo experimental por meio do qual o Estado pode alcançar soluções de problemas universalmente aceitos. Mas como, para Dewey, a transição para a necessidade de vida ética democrática, de uma comunidade cooperativa, segue dessa justificação epistemológica de procedimentos democráticos? Aqui, novamente, sua resposta é muito simples, até mesmo se a solução proposta for surpreendente ante a discussão atual sobre democracia.

O diagnóstico do período que forma o ponto de partida do estudo de Dewey – como geralmente é conhecido – parte da observação de que, como resultado da industrialização, do crescimento de complexidade e da individualização, as sociedades modernas encontram-se em um estado de desintegração que faz com que idéias de uma participação de todos os cidadãos em esferas públicas democráticas pareça ilusória. Por isso é que Dewey leva a sério as reservas feitas pelos pensadores políticos do seu tempo, os quais, em razão da diferenciação do conhecimento especializado, consideram a idéia de auto-administração democrática uma pura ficção. Para Dewey, está além de dúvidas que, para todos os cidadãos serem orientados pelos procedimentos democráticos de resolução de problemas políticos, deve ser pressuposta uma forma de associação pré-política como as existentes nas comunidades pe-

³⁶ *Idem.*, p. 72.

quenas, facilmente observáveis, dos distritos municipais americanos. Os integrantes da sociedade percebiam que, por meio de suas ações cooperativas, estavam perseguindo uma meta comum, com o objetivo de, então, compreender o estabelecimento de instituições democráticas de auto-organização como os meios para uma solução política de seus problemas de coordenação social. Para isso – concede Dewey – a “grande sociedade” deve primeiro ser transformada em uma “grande comunidade” antes de os procedimentos democráticos poderem ser compreendidos como uma função da resolução cooperativa de problemas. Então, sob as condições das complexas sociedades industrializadas, o renascimento de públicos democráticos pressupõe uma reintegração da sociedade que só pode consistir no desenvolvimento de uma consciência comum para as associações pré-políticas de todos os cidadãos.

Até aqui discutimos o desenvolvimento político-filosófico de Dewey. Agora não é mais difícil identificar o mecanismo no qual ele tenta ancorar tal vida ética pré-política da sociedade democrática. Como fez Durkheim em seu livro sobre a divisão social do trabalho,³⁷ Dewey também assumiu a idéia de que só uma forma razoável e justa de divisão do trabalho pode dar a cada indivíduo da sociedade uma consciência de contribuir cooperativamente com os outros para a realização de metas comuns. Só a experiência de participar, por meio de uma contribuição individual, nas tarefas particulares de um grupo pode convencer o indivíduo da necessidade de um público democrático.

³⁷ Emile Durkheim, *The Division of Labor*, intro. Lewis A. Coser, trad. W. D. Halls, Nova Iorque: Free Press, 1984, esp. Livro III. A proximidade evidente entre Dewey e Durkheim neste ponto tem sido – a meu ver – escassamente considerada pela literatura secundária. Durkheim não é mencionado por Westbrook; Rockefeller só se refere ao livro dele em temas religiosos; as referências ocasionais em Ryan, *John Dewey and the High Tide of American Liberalism* (por exemplo, p. 112 e p. 359) são exceções recomendáveis. No que se refere às dificuldades internas da abordagem normativa de Durkheim em seu livro sobre a divisão do trabalho, que também são de interesse em relação à solução de Dewey, veja C. Sirrianni, “Justice and the Division of Labour: A Reconsideration of Durkheim’s Division of Labour in Society,” *Sociological Review* 17 (1984): 449-470.

Na busca pelas condições sob as quais o público pode funcionar democraticamente, pode-se progredir de uma afirmação da natureza da idéia democrática em seu sentido social genérico. Do ponto de vista do indivíduo, consiste em ter uma parcela responsável de acordo com a capacidade de formação e direção das atividades de grupos aos quais se pertence e de participar de acordo com a necessidade e os valores sustentados pelo grupo. Do ponto de vista dos grupos, demanda liberação das potencialidades dos membros do grupo em harmonia com os interesses e bens que são comuns.³⁸

Orientar-se por procedimentos democráticos pressupõe uma forma de vida ética democrática que não é ancorada em virtudes políticas, mas na consciência da cooperação social. Nesse sentido, Dewey pode alegar que as três máximas orientadoras da Revolução Francesa normativamente expressam os ideais que, mediante formas democráticas e justas da divisão de trabalho, estão localizadas em uma associação pré-política.

Com sua conexão com a experiência comunal, fraternidade é outro nome para os bens conscientemente apreciados que acumulam-se de uma associação em que todos dividem e que dá direção à conduta de cada um. Liberdade é a liberação e preenchimento das potencialidades pessoais que se dá apenas quando em associação rica e multifacetada com outros. O poder de ser um indivíduo fazendo uma contribuição distinta e apreciando de sua forma os frutos da associação. Igualdade denota a parcela com a qual cada indivíduo, membro de uma comunidade, tem nas conseqüências da ação fruto da associação. Apresenta equidade por ser mensurada apenas pela necessidade e capacidade de uso, não por fatores que deprivam algum para que outro possa ter.³⁹

Entre as teorias de democracia que tentam superar – no sentido de aprofundar a democratização – a visão liberal da política, a

³⁸ Dewey, *op. cit.*, p. 147. Esse argumento deixa claro sua proximidade ao conceito durkheimiano de grupos profissionais, como associações intermediárias; sobre o conceito de Durkheim, veja *The Division of Labor in Society*, Prefácio à 2ª Ed., pp. XXXI-LIX.

³⁹ Dewey, *op. cit.*, p. 150.

concepção madura de Dewey representa o legado de Marx, sem assumir os seus enganos. Dewey vê a pressuposição para uma revitalização dos públicos democráticos localizada na esfera pré-política da divisão social do trabalho, a qual deve ser regulada de forma razoável e justa para que cada integrante da sociedade possa se ver como um participante ativo em um empreendimento cooperativo, pois, sem tal consciência de responsabilidade compartilhada e cooperação –, Dewey corretamente assume –, o indivíduo nunca conseguirá fazer dos procedimentos democráticos os meios para resolução de problemas comuns. Dessa forma, os procedimentos democráticos de formação da vontade política e a organização justa da divisão de trabalho referem-se um ao outro. Só uma forma de divisão do trabalho que conceda a cada integrante da sociedade, de acordo com descobertas autônomas de habilidades e talentos, uma chance justa para assumir ocupações socialmente desejáveis permite a emergência da consciência de cooperação comunal da qual se defende o valor dos procedimentos democráticos, pois eles são o melhor instrumento para racionalmente resolver problemas compartilhados. Para elaborar esse ponto da concepção de Dewey de democracia em maior detalhe é necessário retornar, de modo comparativo, para os dois modelos normativos apresentados no princípio como alternativas contemporâneas ao liberalismo político.

Como foi visto, Dewey compartilha com o republicanismo e com o procedimentalismo a crítica da visão liberal sobre democracia. Porém, ele procede de um modelo de liberdade comunicativa que habilita o desenvolvimento de um conceito mais forte, mais exigente, de formação democrática da vontade política. Mas a noção de Dewey sobre o surgimento da liberdade individual da comunicação não é obtida do discurso intersubjetivo, mas da cooperação comunal. Como consequência, essa diferença conduz a uma teoria muito diferente de democracia, uma que tem duas vantagens sobre o republicanismo e duas sobre a teoria procedimentalista de democracia.

Na tradição republicanista sempre houve a tendência de esperar dos cidadãos que eles desenvolvessem virtudes políticas, tidas como uma pressuposição essencial para a participação na prática

intersubjetiva de formação da vontade e da opinião, pois é só na extensão em que a participação política se tornou parte central das vidas dos integrantes de toda a sociedade que a esfera pública democrática pode se manter como um fim em si mesmo. Tal incorporação da ética pela política, que é raramente compatível com o pluralismo de valores das atuais sociedades modernas, não pôde ser desenvolvida pelo velho Dewey. Nesse momento, no livro sobre o público, ele indica, polemicamente, como evitar uma crítica cultural de consumismo, no sentido atribuído ao termo por Hannah Arendt: “O homem é um animal consumista e esportivo, assim como político.”⁴⁰ Dewey pode fazer essa declaração porque na sua visão o tipo de comunidade [*Vergemeinschaftung*] necessário para uma democracia dinâmica não se deve desdobrar dentro da esfera política, mas pré-politicamente dentro das estruturas de uma divisão de trabalho vivida como cooperação. E aqui, dentro de cadeias de grupos e associações que se relacionam ao longo das linhas de uma divisão de trabalho, o pluralismo efetivo de orientações de valor é naturalmente uma vantagem funcional, porque leva ao desenvolvimento de uma abundância de interesses e de habilidades completamente diferentes. Para sua idéia de comunidade cooperativa, porém, Dewey tem de ser capaz de pressupor – em um nível superior – uma orientação individual voltada para um bem compartilhado. Mas isto pode ser entendido como o fim para o qual cada indivíduo possa se relacionar, no sentido de um valor de alta ordem, se esse indivíduo tiver que entender sua atividade como uma contribuição para um processo cooperativo.⁴¹

Dewey vai além dos limites rígidos fixados no republicanismo, pois chega a um modelo processual da esfera pública democrática. Por exemplo, em Hannah Arendt nunca está completamente claro com qual padrão a forma institucional de formação da opinião intersubjetiva deve ser precisamente mensurado, já que não se trata

⁴⁰ *Idem.*, p. 139.

⁴¹ Uma análise útil das pressuposições normativas de atividades cooperativas é apresentada por Michael E. Bratman, “Shared Cooperative Activity”, *The Philosophical Review* 101.2 (1992): 327-34 1.

de um meio ou de um instrumento, mas um fim em si mesmo. Com Dewey a resposta é evidente, porque a esfera pública democrática constitui o meio pelo qual a sociedade tenta processar e resolver seus problemas, seu estabelecimento e composição depende inteiramente de critérios racionais de resolução de problemas. Realmente, Dewey chega a conceber o processo de formação da vontade pública como um amplo processo experimental no qual, de acordo com o critério da racionalidade de decisões passadas, decidimos continuamente como as instituições estatais devem ser especificamente organizadas e como elas devem se relacionar mutuamente em termos de suas jurisdições.⁴² Com tal determinação racional teórica de procedimentos democráticos, Dewey aproxima-se indubitavelmente do modelo de democracia desenvolvido recentemente por Habermas na forma de uma teoria do discurso. Mas novamente o modelo de Dewey difere desse em dois aspectos e ambos podem ser interpretados como vantagens de sua abordagem.

Habermas concorda com Hannah Arendt sobre o ponto de surgimento da democracia, isto é, no umbral em que – além do reino do trabalho social – começa o domínio de uma prática intersubjetiva pela qual os cidadãos têm de discutir e regular os negócios comuns publicamente. Dentro da esfera pública politicamente constituída, procedimentos democráticos garantem a cada indivíduo poder fazer uso de sua autonomia legalmente definida de participação com direitos iguais e, ao lado de outros, na formação da vontade conjunta. Assim, em contraste com o modelo de Hannah Arendt, as relações pré-políticas de desigualdade socioeconômica são sistematicamente levadas em conta, porque nas constituições democráticas liberais supõe-se haver um princípio normativo que dá a grupos marginalizados ou reprimidos a chance de uma disputa legalmente legitimada contra todas as formas de desvantagem social.⁴³ Todavia, a perspectiva da qual a “questão social” se torna

⁴² *Op. cit.*, pp. 73-74.

⁴³ Veja Habermas, *Between Facts and Norms*, caps. 3, 4 e 9; “Struggles for Recognition in the Democratic Constitutional State”, trans. S. W. Nicholson,

um problema de referência normativo na teoria de Habermas de democracia é de um tipo completamente diferente da concepção de Dewey.

Onde Dewey considera o estabelecimento de formas justas, cooperativas da divisão de trabalho, como uma exigência normativa que, por causa das condições funcionais dos públicos democráticos e completamente independente do estado de lutas por reconhecimento, é em princípio válida e assim um componente interno de toda a idéia genuína de democracia, Habermas não pode colocar conceitualmente a demanda por igualdade social antes do princípio de formação democrática da vontade política, mas tem de fazê-la dependente da contingência das metas politicamente articuladas.⁴⁴ Por causa dessa restrição unilateral da democracia ante a esfera política, perde-se a noção do fato de uma esfera pública democrática só poder funcionar na premissa tácita de uma inclusão de todos os integrantes da sociedade no processo de reprodução social. A idéia da esfera pública democrática está baseada em pressuposições sociais que só podem ser concebidas fora dos argumentos dessa própria idéia. Ela espera que cada cidadão compartilhe tantas áreas de interesse concordantes que pelo menos uma motivação possa emergir para permitir o envolvimento do cidadão em negócios políticos. Porém, tal grau de concordância só pode evoluir onde, no domínio pré-político, já havia sido possível vivenciar ligações comunicativas. Esse vazio na teoria politicamente unilateral de democracia é preenchido, a meu ver, pela idéia de Dewey de cooperação social, quer dizer, de uma divisão do trabalho sob condições de justiça.

O que há pouco foi dito também sugere uma possível resposta para outro problema da teoria discursiva da democracia de Habermas. Como freqüentemente foi comentado em anos recentes, Habermas também tem de assumir mais do que apenas o estabelecimento de procedimentos democráticos para o sucesso de formação demo-

em *Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition*, ed. A. Gutmann, Princeton: Princeton University Press, 1994, pp. 107-148.

⁴⁴ Veja Habermas, *Idem, ibidem*, cap. 9.2.

crática da vontade política. Para que os cidadãos tenham motivos e interesses em participar da opinião pública e da formação da vontade conjunta, eles têm de ter feito dos procedimentos democráticos um elemento normativo de seus hábitos diários.⁴⁵ Mas porque Habermas tem medo que tal idéia de vida ética democrática possa conduzi-lo a uma compreensão ética de política, ele reverte esses problemas emergentes para o domínio do funcionalismo sociológico. Em vez de conceitualizar as atitudes habituais do cidadão democrático como virtudes políticas no sentido de que elas constituem o epítome normativo de uma cultura desejável de democracia, ele as interpreta como características de uma cultura política cuja “qualidade de acomodação” deve ser sociologicamente esperada em virtude das exigências funcionais.⁴⁶ Em relação a esse problema também parece, a meu ver, que a teoria democrática de Dewey contém uma resposta que abre uma terceira avenida entre as falsas opções de um republicanismo demasiadamente ético e um procedimentalismo vazio, isto é, entender a vida ética democrática como resultado da experiência com a qual todos os integrantes de sociedade poderiam ter se eles se relacionassem cooperativamente por meio de uma justa organização da divisão do trabalho.

Claro que, na situação presente em que nós, nos países altamente desenvolvidos, podemos ver o fim de sociedade de trabalho gradualmente se aproximando, tal idéia não pode mais simplesmente assumir a forma de uma reestruturação normativamente inspirada do mercado de trabalho capitalista. Ao contrário, deve-se pensar em um projeto de redefinição de longo alcance, radical, que no futuro deve ser visto como uma contribuição cooperativa à reprodução social no sentido de que todo integrante adulto da sociedade tenha a chance novamente de participar de esforços coope-

⁴⁵ Veja, por exemplo, Albrecht Wellmer, “Bedingungen einer demokratischen Kultur”, em *Endspiele: Die Unversöhnliche Moderne*, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1993, pp. 54-80; Richard Bernstein, “The Retrieval of the Democratic Ethos”, *Cardozo Law Review* 17.4/5 (1996): 1127-1146.

⁴⁶ Habermas, *op. cit.*, cap. 7; veja também, “Reply”, *Cardozo Law Review* 17 (1996): 1477-1558.

rativos baseados na divisão do trabalho. Nessa perspectiva, não é difícil ver por que o modelo de democracia do Dewey maduro pode ser considerado uma séria alternativa no debate atual. Esse modelo – de forma bem resumida – encara a idéia normativa de democracia não só como um ideal político, mas primeiramente como um ideal social.⁴⁷

⁴⁷ Vejo tendências de revitalização de tal idéia de “social” de democracia radical em Joshua Cohen e Joel Rogers “Secondary Associations and Democratic Governance”, *Politics and Society* 20.4 (1992): 393-472.